



Pesca artesanal e agroecologia: uma aproximação a partir da soberania alimentar

Artisanal fishery and agroecology: an approach based on food sovereignty

SOUZA, Leandro Inakake de¹; GALLAR, David²

¹ Universidade de Córdoba, leandroinakake@gmail.com; ² Universidade de Córdoba, david.gallar@uco.es

Tema Gerador: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo

A pesca artesanal é uma atividade tradicional e vem sofrendo diversas perdas de reconhecimento e direitos, respeitar que as pescadoras e pescadores artesanais devem ser reconhecidos pelo que desenvolvem em seu território pesqueiro e pela forma que se reproduzem como sujeitos sociais é central para a construção de políticas públicas. Uma aproximação da pesca artesanal com a agroecologia baseada na soberania alimentar permite que esse reconhecimento seja possível, fortalecendo tanto as pescadoras artesanais como a agroecologia. Para isso foi utilizado informações de um observador participante que atuou como assessor técnico entre os anos de 2010 e 2015, a partir de relatos orais e caderno de campo, e de revisão bibliográfica, que permitiu concluir a partir dos pilares da soberania alimentar ser possível reconhecer as pescadoras artesanais como sujeitos de transformação, num território, cuidando de um bem comum, desde uma perspectiva de uma pesca artesanal de base agroecológica.

Palavras-chaves: pesca sustentável; territórios pesqueiros; sociobiodiversidade

Abstract

Artisanal fishing is a traditional activity and has suffered several losses of recognition and rights, with this respect that artisanal fisherwomen and fishermen should be recognized for what they develop in a fishing territory and the way they reproduce as social subjects is central to the construction of public policy. An approach of artisanal fishing with agroecology based on food sovereignty allows this recognition to be possible, strengthening both artisanal fishing and agroecology. For that, we used information from a participant observer who acted as technical advisor between the years 2010 and 2015, based on oral reports and field book, and bibliographic review. This allowed us to conclude that from the pillars of food sovereignty it is possible to recognize artisanal fisherwomen and fishermen as subjects of transformation in a territory, taking care of a common good, from the perspective of an artisanal fishery based on agroecology.

Keywords: sustainable fishing; fishing territories; sociobiodiversity.



Contexto

As pescadoras e pescadores artesanais no Brasil conquistaram direitos e o acesso a diversas políticas desde o ano de 2003 até 2014, mas com a manutenção do modelo de desenvolvimento, que apesar de gerar empregos, e diminuir a pobreza e desigualdades, manteve os privilégios do setor agroexportador e do capital financeiro, resultou num prejuízo para a pesca artesanal (Azevedo, 2017).

Este modelo de desenvolvimento vem descaracterizando como as pescadoras e pescadores artesanais são reconhecidos e assim estão sendo considerados como tal apenas se não realizam outras atividades remuneradas, principalmente para acessar as políticas públicas, quando que na realidade a partir de seu modo de vida e sua relação com seus territórios, desenvolvem diversas atividades, sejam remuneradas com a comercialização de outros produtos advindos da coleta de frutíferos autóctones ou na agricultura familiar, campesina, de pequena escala ou ainda na prestação de pequenos serviços, como por exemplo, o turismo de base comunitária, e atividades não monetárias.

A partir dessa realidade posta, a intenção deste trabalho é realizar um diálogo entre a pesquisa acadêmica e experiências desenvolvidas por instituições não governamentais e governamentais, em duas áreas, durante os anos de 2010 a 2015, que integram a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, criada através de Decreto Presidencial S/Nº em 28 de agosto de 1996, visando proteger os deltas dos rios da bacia do Parnaíba, sua fauna e flora, os recursos hídricos, e a qualidade de vida das populações, mediante orientação e assessoria na exploração das atividades econômicas locais, preservando as culturas e tradições locais (Crespo, 2007)., a partir do conceito de soberania alimentar, numa aproximação da pesca artesanal e da agroecologia.

Descrição da experiência

A Metodologia está baseada no levantamento e revisão bibliográfica que aborde os conceitos de soberania alimentar, agroecologia e pesca artesanal, e construir uma dialética com informações orais e de diário de campo (Whitaker, 2002) de um observador participante (assessor técnico de organização não governamental), que participou das atividades cotidianas compartilhando conhecimentos (Verdejo, 2006), durante os anos de 2010 a 2015.

As duas áreas de estudo, praia da Pedra do Sal e estuário dos rios Timonha e Ubaituba, estão inseridas na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, possuindo características climáticas semelhantes (clima tropical, com chuvas concentradas no



verão, média de 1100 mm, e temperaturas médias anuais de 27,5°C) diferenciando na estrutura em relação a pesca, devido as condições do ambiente, um é praia, e a pesca é em mar aberto e a outra é num ambiente mais protegido de ventos e ondas, um estuário.

A praia da Pedra do Sal, inserida na Ilha Grande de Santa Isabel é formada pelo município de Ilha Grande/PI com população de 8.914 habitantes, apresentando índices socioeconômicos de 6.503,21 reais (PIB per capita) e IDH de 0,563; e por parte do município de Parnaíba/PI que tem população de 145.705 habitantes, apresentando índices socioeconômicos de 11.141,42 reais (PIB per capita) e IDH de 0,687 (IBGE, 2010), de acordo com os dados verifica-se uma situação um pouco melhor dos habitantes da cidade de Parnaíba, porém o que se encontra na Ilha Grande de Santa Isabel, parte de Parnaíba, são dados muito próximos de Ilha Grande (Crespo, 2007).

O estuário dos rios Timonha e Ubatuba é formado por três municípios: Cajueiro da Praia/PI com população de 7.163 habitantes, apresentando índices socioeconômicos de 8.368,24 reais (PIB per capita) e IDH de 0,546; Chaval/CE com população de 12.615 habitantes, apresentando índices socioeconômicos de 5.720,96 reais (PIB per capita) e IDH de 0,586; e Barroquinha/CE com população de 14.476 habitantes, apresentando índices socioeconômicos de 6.222,31 reais (PIB per capita) e IDH de 0,571 (IBGE, 2010).

São recorrentes os conflitos ambientais, principalmente em relação ao território na praia da Pedra do Sal e estão relacionados diretamente com a geração de energia eólica, no território terrestre, e estudos sísmicos para extração de petróleo e a pesca industrial, no território marinho, além de existir a construção de dois resorts e um loteamento para classe média-alta, esses conflitos levam a uma insegurança das comunidades de pescadoras e pescadores artesanais.

No estuário dos rios Timonha e Ubatuba, os conflitos ambientais e em relação ao território é com as fazendas de produção de camarão, as carciniculturas, que disputam o território e principalmente a água, e a relação com a propriedade da terra, já que as comunidades rurais estão em áreas irregulares ou melhor não reconhecidas.

Esses conflitos se materializam descaracterizando seu modo de viver e trabalhar com seus territórios, marginalizando e apenas possibilitando uma autonomia limitada para que os pescadores possam gerir os recursos próximos a eles (Melo, 2014), isso são os modos de produção social e econômico de como o capitalismo vai se apropriando dos territórios.



As comunidades que vivem na praia da Pedra do Sal, possuem uma relação muito próxima com os recursos naturais, num projeto desenvolvido entre 2010 e 2014, pela Comissão Ilha Ativa - CIA, foram levantados quatorze espécies vegetais utilizadas cotidianamente: o caju/cajuí, murici, murta, jatobá, carnaúba, guajiru, tucum, ameixa do mato, podói, puçá, mucunã, jambolão e oiti; e sete diferentes recursos pesqueiros: peixes tanto de água doce como de água salgada, o caranguejo, o camarão de água doce e de água salgada, o siri, marisco, ostra e manjuba (Souza, 2015). Os recursos pesqueiros, pescados com linhas de mão e redes de emalhe/espera, foi realizado o registro de 61 espécies comerciais e 22 espécies não comerciais (Silva et al, 2015), como camurupim, pescada amarela, bagre urutinga, pescadinha, pescada branca, chancarona, camurim, cangata, entre outras.

No estuário dos rios Timonha e Ubatuba num projeto realizado entre 2010 e 2012 pela Comissão Ilha Ativa - CIA em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, foi observado que a diversidade dos recursos naturais possibilitou a constituição de um espaço social construindo suas bases de reprodução social por meio da tecnologia da pesca artesanal e da agricultura de subsistência (Melo, 2014). Em relação direta aos pescados foram registradas 56 espécies, com destaque para: carapitanga, bagre, coró-zumbi, coró marinho, pampo, pescada dentuça, pescada amarela e espada em Cajueiro da Praia-PI, capturadas por meio de rede de emalhar e linha de mão, e em Chaval-CE, as espécies mais capturadas foram carapitanga, galo, salema, tainha e peixe-voador, capturados pelo petrecho caçoeira confeccionada em nylon 0,25 e malha 7mm (Rocha et al, 2015).

Em relação a organização social, na praia da Pedra do Sal, para garantir as áreas de pesca e com o intuito de proteger o território para que os pescadores possam geri-lo, existe uma intenção destes sujeitos de construir uma unidade de conservação de uso sustentável, uma Reserva Extrativista Marinha, diante disso, os pescadores em parceria com a CIA estão realizando o monitoramento de peixes ainda de forma muito superficial, mas uma atitude dos pescadores sobre os cuidados com o bem comum.

No estuário dos rios Timonha e Ubatuba está em curso um processo de proteger os recursos pesqueiros e as pescadoras e pescadores artesanais, e num processo participativo construíram, um acordo de pesca que foi oficializado em na Portaria 49 do ICMBio, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre as regras de pesca para o estuário dos rios Timonha e Ubatuba, permitindo assim uma pesca mais sustentável, que numa aproximação da agroecologia seria como redesenhar um agroecossistema para agriculturas mais sustentáveis.



Essa lógica que o modo de vida das comunidades pesqueiras em seus territórios desenvolveram durante anos realizando coleta de frutíferos, pescando e produzindo para o autoconsumo e comercialização em mercados locais (Souza, 2015), ou seja, segundo Haesbaert, 2005, a territorialidade incorpora uma dimensão política, econômica e cultural, dando significado ao lugar a partir do modo como se relacionam com a terra e entre elas, e essas dinâmicas estruturais da agricultura e produção animal com base na agroecologia podem ser observadas na pesca artesanal, a partir do manejo dos recursos pesqueiros, desde que seja uma pesca feita com o uso de artes de pescas adequadas, respeito aos períodos reprodutivos das espécies de peixes, pesca realizada até certa quantidade sem sobreexplorar os recursos pesqueiros, conservação dos mangues para garantir uma sustentabilidade e uma biodiversidade na produção e na dieta (Boletín Nyéléni, 2016).

Importante também compreender que existe uma invisibilização com as mulheres, principalmente quando as economias se reduzem ao mercado, são mercantilizadas, assim a autossuficiência econômica se percebe como uma deficiência, subvalorando o trabalho das mulheres, criado pelo patriarcado capitalista (Shiva, 2014).

Para fortalecer essas ações seriam importante políticas públicas adequadas a realidades, políticas públicas governamentais visando a garantia de direitos, acessos a mercados (comercialização) e territórios, construídas a partir de demandas da sociedade que possa participar efetivamente dos diálogos. Esses elementos são os principais pilares da soberania alimentar, considerados nesse trabalho: acesso aos recursos naturais e território, feminismo, pesca sustentável (proteção do meio ambiente), fortalecimento das organizações sociais, acesso a mercados, direito de escolher seus alimentos (consumo) e sujeitos políticos para resolução de conflitos (busca de direitos e cidadania).

Análises

Nessa construção do conhecimento e da manutenção dos seus modos de vida, a partir da relação com a biodiversidade, verifica-se que diversas atividades são realizadas junto a pesca, como a coleta de frutos e outros vegetais, a agricultura, a criação de pequenos animais, a produção de artesanato, mas também outras, como a prestação ou troca de serviços entre a comunidade, pequenos comércios e outros, assim verifica-se que as pescadoras e os pescadores artesanais estão em constante construção e reconstrução de seu território, numa relação fortemente associada aos princípios da agroecologia e principalmente com a soberania alimentar, porém em diversos níveis de autonomia e participação.



Por outro lado é importante não apenas trabalhar a ideia de que a pesca artesanal é pluriativa, pois isso de fato é, porém quando nos aproximamos dos conceitos de pesca artesanal, agroecologia e soberania alimentar, não podemos deixar passar que a pesca artesanal realizada de forma sustentável, num equilíbrio entre mulher, homem e natureza, com autonomia sobre os territórios, atuando como sujeitos políticos organizados socialmente que buscam uma transformação social, acessando mercados para alimentar iguais, principalmente mercados próximos e não apenas nichos de mercado, podemos quem sabe pensar numa pesca agroecológica ou numa pesca artesanal de base agroecológica.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, N. T., PIERRI, N.; Entre terre et mer, quel avenir pour la pêche? Alternatives Sud – vol. XXIV – Centre Tricontinental - 2017

BOLETIN NYÉLÉNI; Cuadro 1: Pesca y agroecología. Número 27, Septiembre 2016. p. 5

CRESPO, M. F. V., Estratégia de desenvolvimento do arranjo produtivo local da carnaúba em Ilha Grande de Santa Isabel (PI) – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Teresina: 2007.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo – USP, 2005.

IBGE 2010; Censo Demográfico 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acesso em 10 de abril de 2017, em <http://cidades.ibge.gov.br/>

MELO, S. P., ROCHA, F. M. R., DE SOUZA, L. I., CLARO, P. P.; Aprendizagem Coletiva no Estuário dos rios Timonha e Ubatuba (PI/CE): a experiência do projeto de sensibilização para gestão da pesca. Rede de Estudos Rurais, Campinas, 2014.

ROCHA, F. M. R., SALLES, R., SOUZA, L. O., SILVA, K. P., FIALHO, T. S., ARAÚJO, M. C., MORAIS, L. D., MORAIS, R. F., SILVA, A. C., SILVA, N. C., SANTOS F. A.; Projeto Pesca Solidária: conservação dos recursos pesqueiros no estuário dos rios Timonha e Ubatuba (PI/CE). 5º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha – Associação Brasileira de Biologia Marinha – Ipojuca/PE – 2015.

SHIVA, V., MIES, M.; Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas. Ed. Icaria. Edición ampliada 2014.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DE DEBATES E DEBATES
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



SILVA, K. P., SOUZA, L. O., NETO, W. J. N., SILVA, N. C., SOUZA, V. F., SILVA, F. L. S., RODRIGUES, E. M., SILVA, A. C., SANTOS, A. S., ROCHA, F. M. R.; Projeto Senhor das Pedras: pesquisa e conservação do mero (*Epinephelus itajara*) na APA Delta do Parnaíba. 5º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha – Associação Brasileira de Biologia Marinha – Ipojuca/PE – 2015.

SOUZA, L. I.; CRESPO, M. de F. V.. O agroextrativismo como proposta de geração de renda, segurança alimentar e conservação ambiental na Ilha Grande de Santa Isabel/PI. 2016. In: IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, Belém/PA. Anais do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015.

SOUZA, L. I. ; ROCHA, R. R. N. ; SILVA, K. P.. 'Essa terra é minha...' - A relação do extrativismo local com a apropriação de terras na Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Pedra do Sal/PI. In: IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015, Belém/PA. Anais do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2015.

VERDEJO, M. E., Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático. Secretaria de Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasil. 2006.

WHITAKER, Dulce C.A. Sociologia Rural – questões metodológicas emergentes. P 131, 2002